



ILMO. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL/SP.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA nº 01/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1.404/2023

ZONAAZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.653.961/0001-44, tendo sua sede estabelecida na Padre Julião, nº 819, Centro, Município de Leme/SP, CEP 13610-230, por seu representante infra-assinado, com fundamento no artigo 109, inciso I, letra “a”, da Lei nº 8.666/93 vem apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão que a habilitou as empresas RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A, ONE PARK ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA, CAR PARK LTDA, EASY PARKING ESTACIONAMENTO ROTATIVO, G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA, além de corroborar a inabilitação da ULTRA PARK ESTACIONAMENTOS LTDA, por outros fundamentos, consoante às razões que passa a expor.

I. PROIBIÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO RIZZO EM CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Consultando o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS é possível constatar que a empresa RIZZO S/A (atual razão social da RIZZO COMERCIO E SERVICO DE MOBILIARIO URBANO LTDA) CNPJ está impedida de contratar com o Poder Público até 18/09/2024, em decorrência das penalidades aplicadas no processo nº 0000064-76.2012.8.26.0523.

Em consulta ao site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é possível constatar ainda que a proibição de contratar com o Poder Público imposta no processo supra mencionado

ocorre **tanto de forma direta quanto indireta:**

*Por todo o exposto, julgo parcialmente procedente a ação, e resolvo o mérito na forma do art. 269, inc. I, do CPC, para condenar Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano Ltda. e Roberto Kimura como incurso em ato de improbidade administrativa prevista no art. 10 da Lei 8.429/92. **Aplico à requerida Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano Ltda. a penalidade de ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 62.792,99 atualizado monetariamente pela Tabela Prática do TJSP desde junho/2008 em favor da Estância Turística de Salesópolis, multa civil no mesmo valor do dano, e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo período de 5 anos.** Ao requerido Roberto Kimura aplico a penalidade de ressarcimento integral do dano no mesmo valor. Condeno os requeridos Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano Ltda. e Roberto Kimura ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 15% do dano causado em favor da Estância Turística de Salesópolis. Considerando-se a improcedência da demanda em relação ao requerido Rafael Benedito da Silva, revogo a indisponibilidade de seus bens anteriormente decretada. Expeça-se o necessário. Sentença submetida ao reexame necessário por aplicação analógica do disposto no art. 19 da Lei 4.717/65. P.R.I.C. Advogados(s): Julio Cesar de Brito Teixeira (OAB 277253/SP), Thiago de Sousa Santos (OAB 346076/SP), Cintia Nuciene Sarti de Souza Pinheiro (OAB 339619/SP), Erick Domaraschi Araújo (OAB 331789/SP), Vanessa Tiemi Kinoshita Guermandi (OAB 328354/SP), Carlos Cesar Pinheiro da Silva (OAB 106886/SP), Caroline Oliveira Souza Mucci (OAB 245795/SP), Tiago Pereira Pimentel Fernandes (OAB 243774/SP), João Perini Junior (OAB 243498/SP), Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB 242953/SP), Lilian Pinheiro da Silva (OAB 227482/SP).*

No entanto após a sentença acima, **datada de 04/12/2015**, a empresa Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano (atual Rizzo S/A) - CNPJ 03.836.130/0001-57 procedeu uma série de alterações importantes, bem como a criação de outras empresas com **mesmo ramo de atividade**, que embora com personalidade jurídica diferente, **são controladas pelo mesmo grupo familiar e tem por fim tentar burlar a aplicação das penalidades que foram aplicadas.**



Segue abaixo um breve resumo das informações das empresas que compõe o grupo Rizzo, conforme certidões de inteiro teor extraídas da JUCESP:

1. RIZZO COMERCIO E SERVICO DE MOBILIARIO URBANO LTDA – CNPJ 03.836.130/0001-57 – a empresa foi constituída em 26/05/2000, tendo como um dos sócios **ROBERTO BORGES BOAVENTURA**; em SESSÃO datado de 04/10/2005 foi admitida como sócia **SILMARA GALERA PEREZ**, a qual tinha o mesmo endereço do sócio acima (RUA BENEDITO PINTO DE ALMEIDA, 57, BELA VISTA, ELIAS FAUSTO – SP), sendo que em SESSÃO datada de 03/05/2007 o endereço de ambos os sócios foi alterado para **AV.ARTUR AUGUSTO DE MORAES, 2020, 1 ANDAR, DISTRITO INDUSTRIAL, ELIAS FAUSTO – SP**; em SESSÃO de 16/11/2015 transformação desta sociedade para NIRE 35300484720.

2. RIZZO S/A - CNPJ 03.836.130/0001-57 (NIRE 35300484720) – A empresa foi transformada em sociedade por ações em 16/11/2015, se tratando da mesma empresa acima; em SESSÃO datada de 24/05/2016 houve cisão parcial desta sociedade com transferência de parte do seu patrimônio para NIRE 35300491581 (RIZZO NET S/A – CNPJ 24.863.586/0001-86) e para o NIRE 35300491599 (RIZZO PROPAGANDA S/A – CNPJ 24.863.570/0001-73); em SESSÃO de 06/06/2016 houve a **cisão parcial desta sociedade com transferência de parte do seu patrimônio para NIRE 35300492056 (RIZZO PARKING AND MOBILTY S/A - 24.940.805/0001-83)**; na SESSÃO de 05/10/2017 (III) houve o **APORTE DE INVESTIMENTO DE R\$638.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA E OITO MIL REAIS) PARA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA SUBSIDIARIA INTEGRAL RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A.**, além da (IV) **A TRANSFERENCIA DO ACERVO TECNICO, REPRESENTADO PELOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TECNICA ABAIXO, PARA A EMPRESA RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A.**, SUPRA QUALIFICADA: A) ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA EMITIDO PELO MUNICIPIO DE ARUJA PERTINENTE A EXECUCAO DO CONTRATO N 1645. B) ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA EMITIDO PELO MUNICIPIO DE HORTOLANDIA PERTINENTE A EXECUCAO DO CONTRATO N 219/2012. C) ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA EMITIDO PELO MUNICIPIO DE HORTOLANDIA PERTINENTE A EXECUCAO DO CONTRATO N 399/2011. D) ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA EMITIDO PELO MUNICIPIO DE SUMARE PERTINENTE A EXECUCAO DO CONTRATO N 509/2011. E) ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA EMITIDO PELO MUNICIPIO DE HORTOLANDIA PERTINENTE A EXECUCAO DO CONTRATO N 339/2011. F) ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA EMITIDO PELO MUNICIPIO DE



PORTO FERREIRA PERTINENTE A EXECUCAO DO CONTRATO N 043; a **presidência e a diretoria da empresa vem sendo alternada ora entre os Srs. ROBERTO BORGES BOAVENTURA e VALDIR ANTONIO DUARTE (com endereço AVENIDA 17, 1148, SAUDE, RIO CLARO – SP), e ora entre ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA (filha do Sr. Roberto), THIAGO FERREIRA BALBINO e SILMARA GALERA PEREZ (esposa do Sr. Roberto).** Em consulta ao CNPJ da empresa consta que esta exerce a atividade de Estacionamento de veículos – código 52.23-1-00, dentre outras.

3. RIZZO NET S/A – CNPJ 24.863.586/0001-86 – A empresa foi constituída por cisão parcial da empresa RIZZO S/A conforme a SESSÃO de 24/05/2016, tendo endereço na **AV.ARTUR AUGUSTO DE MORAES, 2020** – sala B, DISTRITO INDUSTRIAL, ELIAS FAUSTO – SP (mesmo endereço da Rizzo S/A); a presidência e a diretoria da empresa vem sendo alternada ora entre os Srs. **ROBERTO BORGES BOAVENTURA e VALDIR ANTONIO DUARTE, e ora entre ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA (filha do Sr. Roberto), THIAGO FERREIRA BALBINO e SILMARA GALERA PEREZ (esposa do Sr. Roberto).**

4. RIZZO PROPAGANDA S/A – CNPJ 24.863.570/0001-73 - A empresa foi constituída por cisão parcial da empresa RIZZO S/A conforme a SESSÃO de 24/05/2016, tendo endereço na **AV.ARTUR AUGUSTO DE MORAES, 2020** – sala A, DISTRITO INDUSTRIAL, ELIAS FAUSTO – SP (mesmo endereço da Rizzo S/A); a presidência e a diretoria da empresa vem sendo alternada ora entre os Srs. **ROBERTO BORGES BOAVENTURA e VALDIR ANTONIO DUARTE, e ora entre ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA (filha do Sr. Roberto), THIAGO FERREIRA BALBINO e SILMARA GALERA PEREZ (esposa do Sr. Roberto).**

5. RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A, CNPJ 24.940.805/0001-83 - A empresa foi constituída por cisão parcial da empresa RIZZO S/A conforme a SESSÃO de 06/06/2016, com endereço na **AV.ARTUR AUGUSTO DE MORAES, 2020** – sala C, DISTRITO INDUSTRIAL, ELIAS FAUSTO – SP (**mesmo endereço da Rizzo S/A**), posteriormente alterado; em SESSÃO datada de 24/10/2017 houve o aumento do capital social da companhia mediante **aporte de investimento de R\$ 638.000 (SEISCENTOS E TRINTA E OITO MIL REAIS)** pela emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pela **ACIONISTA RIZZO S/A**; em SESSÃO datada de 21/10/2021 consta que houve **CESSAO DAS COTAS DA EMPRESA**



RIZZO S/A PARA A EMPRESA VIVAT ADMINISTRACAO DE BENS E IMOVEIS LTDA E CONSOLIDACAO; assim como nas demais empresas do grupo, a presidência e a diretoria da empresa vem sendo alternada ora entre os Srs. **ROBERTO BORGES BOAVENTURA** e **VALDIR ANTONIO DUARTE**, e ora entre **ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA** (filha do Sr. Roberto), **THIAGO FERREIRA BALBINO** e **SILMARA GALERA PEREZ** (esposa do Sr. Roberto). Em consulta ao CNPJ da empresa consta que esta exerce a atividade de Estacionamento de veículos – código 52.23-1-00, dentre outras.

6.

É sabido que em 09 de dezembro de 2021 foi publicado no diário Oficial da **Prefeitura de Patos/PB** a **anulação do contrato** que esta mantinha com a licitante **RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A**, conforme decisão transcrita abaixo:

STTRANS

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES PÚBLICOS DE PATOS

PORTARIA Nº 68/2021

De 09 de dezembro de 2021.

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO TERMO CONTRATUAL Nº 1206/2021 E A REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SUPERINTENDENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE PATOS, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, caput, da Lei Municipal 3.408/2005, e:

Considerando que a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal que aduz que “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos”;

Considerando o Relatório de Análise da Defesa realizado pela Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba nos autos do Processo TC nº 12154/21, que apontou irregularidades na contratação da empresa RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A, CNPJ nº 24.940.805/000-83, tendo, como única sócia a “Rizzo S/A, CNPJ nº 03.836.130/0001-57, a qual se encontra judicialmente impossibilitada/impedida de contratar com a Administração Pública;

Considerando o Relatório Inicial realizado pela Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba nos autos do Processo TC nº 14940/21; Considerando o Memorando nº 01/2021, de 07 de dezembro de 2021, proveniente da Coordenação do Núcleo Jurídico desta STTRANS;

Considerando o interesse público envolvido;

RESOLVE:

I – ANULAR o Termo Contratual nº 1206/2021, celebrado entre a Superintendência de Trânsito e Transportes do Município de Patos e a empresa Rizzo Parking And Mobility S/A;

II – REVOGAR a Concorrência Pública nº 001/2021 da Superintendência de Trânsito e Transportes do Município de Patos;

III – DETERMINAR que Coordenação do Núcleo Jurídico da STTRANS oficie a Secretaria de Administração e Comissão Permanente de Licitação acerca desta decisão;

IV – DETERMINAR que a Assessoria Jurídica da STTRANS encaminhe cópia deste ato para o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Processos TC nº 12154/21 e TC nº 14940/21) informando acerca desta decisão e constando expressamente que os fundamentos dos Relatórios da Auditoria foram utilizados como motivação per relationem para a adoção dessa medida administrativa;

V – DETERMINAR a intimação da empresa Rizzo Parking And Mobility S/A para que cesse imediatamente quaisquer serviços que estejam sendo executados no âmbito do Município de Patos.

VI – Ficam REVOGADAS todas as disposições que contrariem este termo.

GABINETE DO SUPERINTENDENTE DA STTRANS

Patos – PB, em 09 de dezembro de 2021

ELUCINALDO LAURINDO DE ALMEIDA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Acessando os autos do mandado de Segurança nº 1032307-42.2022.8.26.0576 – em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José do Rio Preto/SP, é possível a autora RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A alega às fls. 302 que:

“10. O processo mencionado, nº 0000064-76.2012.8.26.0523 tem em seu poso



passivo a empresa Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano Ltda e não tem relação alguma com a empresa Rizzo Parking, conforme amplamente já esclarecido.

Obviamente tal alegação não corresponde à realidade dos fatos, pois as informações obtidas junto a JUCESP comprovam que a RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A foi constituída mediante a cisão parcial da empresa RIZZO S/A (atual razão social da Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano Ltda), sendo a última acionista da primeira, tendo inclusive, feito um aporte de investimento.

Some-se ainda que a empresa RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A está sob o controle das mesmas pessoas que a empresa RIZZO S/A (atual razão social da Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano Ltda), sendo que ora se alternam no controle o Sr. ROBERTO BORGES BOAVENTURA e VALDIR ANTONIO DUARTE, e ora entre ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA (filha do Sr. Roberto), THIAGO FERREIRA BALBINO e SILMARA GALERA PEREZ (esposa do Sr. Roberto).

Como se isto não bastasse extrai-se da ficha cadastral completa da empresa RIZZO S/A (atual razão social da Rizzo Comércio e Serviço Mobiliário Urbano Ltda) em SESSÃO de 06/06/2016 houve a TRANSFERENCIA DO ACERVO TECNICO, REPRESENTADO PELOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TECNICA, PARA A EMPRESA RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A.

Nos autos da concorrência pública nº 015/2018 promovida pelo Município de Osório/RS, a empresa RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A interpôs recurso administrativo onde afirma categoricamente ser uma subsidiária integral controlada pela empresa RIZZO COMÉRCIO E SERVIÇO MOBILIÁRIO URBANO LTDA (atual RIZZO S/A)

II. Errônea inabilitação da RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A

a) SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

É comum a discussão relacionada a esse tema, desse modo, essa recorrente apresenta a NOTA DE ESCLARECIMENTO em todos os documentos de habilitação antes de qualquer documento relacionado a qualificação técnica.

Essa licitante logrou êxito em diversas licitações, com a mesma documentação inclusive no Rio Grande do Sul, sendo adjudicado o objeto de estacionamento rotativo em Sapiranga. Com os mesmos atestados aqui apresentados.

Assim, vale salientar que essa Licitante, em razão de reorganização societária havida na sociedade Rizzo Comércio e Serviço de Mobiliário Urbano LTDA., nasceu sob a forma de subsidiária integral, cuja figura jurídica encontra fundamento nos artigos 251 e 252 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), tendo sido o seu capital subscrito e integralizado por meio de conferência dos bens da empresa mãe destinados à gestão e operação de estacionamentos rotativos.

POR FORÇA, PORTANTO, DA MENCIONADA CONFERÊNCIA DE BENS, A LICITANTE PASSOU A DETER TODO ACERVO TÉCNICO DA RIZZO COMÉRCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO, DENTRE OS QUAIS INCLUÍRAM-SE TODOS OS ATESTADOS DE APTIDÃO TÉCNICO OPERACIONAL ANTERIORMENTE CONCEDIDOS À SUA ACIONISTA CONTROLADORA. JÁ QUE, NA QUALIDADE DE SUBSIDIÁRIA INTEGRAL A LICITANTE, PASSOU A EXECUTAR AS ATIVIDADES E

OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELA RIZZO COMÉRCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO.

Em 2016, por questões pertinentes à gestão empresarial as quais não nos cabe abordar neste momento, os sócios e administradores da RIZZO COMERCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO, atual Rizzo S/A, decidiu segregar a parcela do seu patrimônio relacionada à gestão e operação de estacionamentos rotativos.

A nova sociedade passaria a exercer as mesmas atividades da **RIZZO COMERCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO ATUANDO COMO UMA ESPÉCIE DE SUBDIVISÃO DESTA ENCARRREGANDO-SE DAS MENCIONADAS ATIVIDADES, SEM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS EXECUTADOS PELA CONTROLADORA.**

PARA TANTO, FOI CONSTITUÍDA A RIZZO PARKING ANDO MOBILITY S/A QUE ADOTOU A FORMA DE SUBSIDIÁRIA INTEGRAL.

A "Subsidiária Integral" é conceitualmente uma companhia constituída, mediante escritura pública, por um único acionista, o qual deverá ser obrigatoriamente, sociedade brasileira.

Alguns autores utilizam a palavra "subsidiária" como sinônimo de "controlada".

DIZ-SE "INTEGRAL", POIS 100% DAS AÇÕES QUE COMPÕEM O SEU CAPITAL PERTENCEM À EMPRESA CONSTITUINTE, OU SEJA: À SOCIEDADE CONTROLADORA.

Acrescente-se que, como regra, a sociedade que subscrever em bens, ou seja, mediante conferência de bens, o capital de subsidiária integral deverá aprovar o laudo de avaliação dos bens.

Objetivando, assim, operacionalização da nova empresa conferiu-se a esta o acervo técnico da Controladora relacionado à atividade de operação de estacionamento rotativo já finalizadas.

Todavia, as operações ainda em vigor, como é o caso de PIRASSUNUNGA, foram transferidas para a controlada por força da cisão, assim, mesmo que a transferência não conste na relação de transferência de acervo, pois o acervo foi POSTERIOR, **POR FORÇA DE LEI PERTENCE À CONTROLADORA RIZZO S/A. ASSIM COMO A RIZZO PARKING É SUA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL, POSSUI O DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO ATESTADO.**

É incontestável, portanto, que independente de os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA estarem ou não em nome da LICITANTE está ela mais do que apta para prestar suprir os objetivos da presente licitação, uma vez que recebeu da titular

Assim nas palavras da própria RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A esta “**PASSOU A EXECUTAR AS ATIVIDADES E OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELA RIZZO COMÉRCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO**” em razão de que “**os sócios e administradores da RIZZO COMÉRCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO, atual Rizzo S/A, decidiu segregar a parcela do seu patrimônio relacionada à gestão e operação de estacionamentos rotativos**”.

Chama a atenção a afirmação de que “**a nova sociedade passaria a exercer as mesmas atividades da RIZZO COMÉRCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO ATUANDO COMO UMA ESPÉCIE DE SUBDIVISÃO DESTA**”, o que torna indubitável o elo entre as empresas.

Assim resta claro que a RIZZO COMÉRCIO E SERVIÇO DE MOBILIÁRIO URBANO, atual Rizzo S/A, declarada impedida de contratar direta ou indiretamente com o Poder Público até 18/09/2024, é a CONTROLADORA da empresa RIZZO PARKING AND MOBILITY S.A, que foi constituída unicamente para executar as atividades e os contratos administrativos da primeira visando burlar as penalidades impostas pela decisão proferida no processo nº 0000064-76.2012.8.26.0523.

7. VIVAT ADMINISTRACAO DE BENS E IMOVEIS LTDA E CONSOLIDACAO - A empresa foi constituída em 18/08/2015, tendo como sócias RAFAELA BORGES PEREZ BOAVENTURA (filha do Sr. Roberto Borges Boaventura), **ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA** (filha do Sr. Roberto Borges Boaventura) e **SILMARA GALERA PEREZ BORGES BOAVENTURA** (esposa do Sr. Roberto Borges Boaventura), sendo que as duas últimas figuram no controle societário das demais empresas supramencionadas.

8. VR TECNOLOGIA E MOBILIDADE URBANA LTDA EPP - CNPJ 22.319.648/0001-68 - A empresa foi constituída em 24/04/2015, tendo como sócios **ROBERTO BORGES BOAVENTURA** e **VALDIR ANTONIO DUARTE**, os quais figuram no controle societário das demais empresas supramencionadas; a empresa tem endereço na AVENIDA 17, 1148, SAUDE, RIO CLARO – SP, o mesmo endereço do sócio VALDIR, conforme as fichas cadastrais explanadas acima. **Em consulta ao CNPJ da empresa consta que esta exerce a atividade de Estacionamento de veículos – código 52.23-1-00, dentre outras.**



Em consulta ao PROCESSO Nº 31075/2022-5 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará constata-se que a referida empresa formulou representação em face do Edital de Concorrência Pública nº CP22002 - Prefeitura Municipal de Sobral/CE, a qual está assinada por ROBERTA BORGES (filha do sócio Roberto Borges Boaventura), a qual figura como sócia em várias das empresas do grupo Rizzo.

Diante de todo o exposto acima não restam dúvidas que todas as empresas citadas pertencem ao grupo RIZZO, cuja empresa originária é a RIZZO S/A (atual razão social da RIZZO COMERCIO E SERVICO DE MOBILIARIO URBANO LTDA) CNPJ 03.836.130/0001-57, que está impedida de contratar com o Poder Público até 18/09/2024.

Também restou comprovado que as empresas citadas alternam o controle societário entre as mesmas pessoas, quais sejam, ROBERTO BORGES BOAVENTURA, VALDIR ANTONIO DUARTE, ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA (filha do Sr. Roberto), THIAGO FERREIRA BALBINO e SILMARA GALERA PEREZ (esposa do Sr. Roberto).

Por fim resta evidente ainda que após a sentença proferida nos autos do processo nº 0000064-76.2012.8.26.0523, datada de 04/12/2015, foram feitas várias alterações nas empresas citadas, bem como a criação de outras empresas dentro do mesmo ramo de atividade.

Atenta a esta situação recentemente a Comissão de Licitação de Laguna/SC decidiu pela INABILITAÇÃO da empresa RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A nos autos da Concorrência Pública 5/2022, *“tendo em vista a mesma ter sido condenada por atos de improbidade conforme o artigo 10 da Lei 8.429/92 em Salesópolis e estar proibida de contratar com o Poder Público por 5 (cinco) anos, não havendo qualquer limitação territorial da sanção”*.

Pelo mesmo motivo a referida empresa também restou inabilitada nos autos da concorrência pública nº 009/2022 promovida pelo Município de Araras/SP.



Portanto ante a proibição imposta à RIZZO S/A (atual razão social da RIZZO COMERCIO E SERVICO DE MOBILIARIO URBANO LTDA) de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, **direta ou indiretamente**, resta evidente que NÃO pode ser aceita a utilização de terceiras empresas, **constituídas com o claro intuito de tentar burlar as penalidades impostas**, haja vista que todas são pertencentes aos grupo Rizzo, controlado pelas mesmas pessoas e com mesmo ramo de atividades.

INABILITAÇÃO DA ONE PARK LTDA

Inicialmente cumpre salientar que o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante tem **data de emissão em 26/05/2023, todavia o início da responsabilidade técnica do engenheiro se deu em 23/06/2023, ou seja, posterior a data do atestado.**

O artigo 30, inciso I, da Lei 8666/93 determina que para a comprovação da capacitação técnico-profissional o licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, *“profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**”*.

Contudo como apontado acima o responsável técnico indicado pela licitante somente começou a exercer a responsabilidade técnica após a emissão do atestado apresentado, deixando evidente que o mesmo não era o detentor da responsabilidade técnica na data da emissão do atestado.

A isto some-se que atestado **não está registrado em entidade competente**, descumprindo assim o disposto no artigo 30, parágrafo 1º, da Lei 8666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

*I - **registro ou inscrição na entidade profissional competente;***

*II - **comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das***

instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

*§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a:*

Diante do exposto requer a inabilitação da recorrida ONE PARK LTDA.

CAR PARK LTDA - SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONTRATAR E IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES POR PARTE DO MUNICÍPIO DE AMPARO/SP

A recorrida CAR PARK LTDA (atual razão social da ÁREA AZUL CENTRAL PARK LTDA) descumpriu obrigações contratuais junto a Município de Amparo/SP, razão pela qual lhe foram aplicadas diversas sanções legais.

A recorrida havia celebrado com a municipalidade de Amparo/SP o contrato administrativo nº 235/2019, cujo o objeto era o mesmo da presente licitação, qual seja, a exploração do serviço público de estacionamento rotativo.

Sobreveio a informação de que no dia 31 de janeiro de 2023 (vide fls. 3/5) foi publicada decisão no Diário Oficial de Amparo/SP na qual a municipalidade rescindiu unilateralmente o contrato com a Área Azul Central Park Ltda (antiga denominação da CAR PARK LTDA), havendo menção de que a mesma foi notificada pelo Processo Administrativo nº 4872/2022 acerca de descumprimentos contratuais, **incluindo a ausência de repasses previstos em contrato**, ocasionando enormes prejuízos àquela Municipalidade.

Em razão disto a municipalidade de Amparo/SP declarou que houve descumprimento contratual INJUSTIFICADO, sendo classificado como de extrema GRAVIDADE, razão pela qual foi

declarada a rescisão contratual unilateral (vide item 4 da decisão), além da aplicação das seguintes penalidades:

5. **MULTA no valor de R\$ 311.999,94** (trezentos e onze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato – conforme constante em Planilha anexa e nos termos do Subitem “4.2” do Item “4.” da Cláusula Oitava do Instrumento nº 235/2019, cc artigo 87, II, da Lei nº 8.666/93;

6. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA AO DIREITO DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE AMPARO**, e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores deste Município, **pelo prazo de 2 (dois) anos**, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante esta Municipalidade - nos termos do Subitem “4.3” do Item “4” da Cláusula Oitava, do Instrumento nº 235/2019, cc artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93;

7. **COBRANÇA**, à Concessionária, de dívidas/débitos apurados em Planilha anexa, quais sejam:

7.1. R\$ 3.294.063,90 (três milhões, duzentos e noventa e quatro mil e sessenta e três reais, e noventa centavos) - correspondentes ao total dos valores de repasses mensais devidos pela Concessionária ao Município, sendo cada repasse mensal no importe de R\$ 51.999,99 (cinquenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme Planilha anexa e também registrado no sistema de arrecadação municipal - nos termos da Cláusula Quinta do Instrumento nº 235/2019;

7.2. R\$ 66.021,20 (sessenta e seis mil, vinte e um reais, e vinte centavos) - correspondentes ao apurado em relação ao percentual de 5% sobre o faturamento mensal da Concessionária - nos termos da Cláusula Quinta do Instrumento nº 235/2019;

7.3. R\$ 71.608,02 (setenta e um mil, seiscentos e oito reais e dois centavos) -

*correspondente ao apurado em aplicação do percentual de **3% de Multa** incidente sobre valores em atraso - nos termos do item “7” da Cláusula Oitava do Instrumento nº 235/2019;*

Assim foi aplicada à licitante CAR PARK LTDA a **suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar pelo prazo de 2 anos**, o que por si só já seria o suficiente para excluir a referida empresa do certame, conforme previsto nos itens 04.05, alíneas “b” e “c” do edital.

Destaque-se ainda que **o item 4.4.1, inciso I, do edital exigiu a apresentação de “Declaração assinada por representante legal de que a empresa licitante não foi declarada inidônea para participar em licitações ou para contratar com o poder público”.**

No entanto, embora já estivesse ciente das penalidades aplicadas pela municipalidade de Amparo/SP desde 31 de janeiro de 2023, na data de abertura da presente licitação a recorrida CAR PARK LTDA entregou declaração na qual fez declaração inverídica de que não estava suspensa de participar de licitações.

Assim tendo a recorrida feito declaração de conteúdo inverídico, negando estar suspensa do direito de participar de licitações quando na verdade estava, a mesma infringiu o item 4.4.1, inciso I, do edital, devendo ser inabilitada.

Como se isto não bastasse a decisão determinou a cobrança da recorrida em mais de 3 milhões de reais correspondentes ao total dos valores de repasses mensais devidos pela Concessionária ao Município de Amparo/SP, além de mais de R\$ 300.000,00 em multas.

Por fim, considerando que a recorrida está enquadrada como Microempresa (fls. 930), temos que seu faturamento anual é de até 360.000,00 nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, logo a mesma não tem capacidade financeira alguma de cumprir com o contrato com o Poder Concedente haja vista que a dívida total com o Município de Amparo/SP (R\$ 3.743.693,06) é superior a 12 (doze) vezes o faturamento anual da empresa.



Diante de todo o exposto a recorrida CAR PARK LTDA deve ser inabilitada do certame, seja em razão da mesma ter sido declarada suspensa de participar de licitações e impedida de contratar, seja por ter vindo à tona o fato de que a mesma prestou informação inverídica a este respeito na ocasião da habilitação ou em razão da explícita falta de capacidade financeira, haja vista que a dívida com o Município de Amparo/SP é superior a 12 (doze) vezes o valor do faturamento anual da empresa.

INABILITAÇÃO DA EASY PARKING ESTACIONAMENTO ROTATIVO

A recorrida apresentou Certidão Negativa de Débitos **vencida em 09/05/2023**, contrariando assim o item 4.4.1, letra g, do edital, o qual exige “*Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa) e Municipal (tributos mobiliários), da sede do licitante, dentro do prazo de validade*”.

Cabe apontar ainda que os índices contábeis apresentados pela recorrida fogem à realidade, como por exemplo o índice de solvência geral de 306,42% e 0% de endividamento, não atendendo assim a finalidade prevista na Lei que é de comprovar a boa situação financeira da licitante.

A recorrida alega ter uma operação em andamento SUMARÉ desde 20/11/2021- contrato 080/2021, com implantação de 2897 vagas, **todavia no balanço patrimonial apresentado não existe nenhuma despesa com a compra de equipamentos, repasses de outorgas ou despesas com folha de pagamento, impostos, fornecedores.**

O item 4.5.1 do edital exige a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social e apresentados na forma da Lei.

O balanço patrimonial exigível na forma da lei compreende o balanço patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa (§2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02), devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do



Livro Diário (§2º do art. 1.184 e Art. 1.180, Lei 10.406/02), este registrado na Junta Comercial (art. 1.181, Lei 10.406/02).

É cediço que o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade, o qual deve compreender o ativo e o passivo - recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

Logo a ausência de despesas que deveriam constar obrigatoriamente no balanço patrimonial não serve para atender a finalidade do 4.5.1 do edital e artigo 31, inciso I, da Lei 8.666/93, culminando assim na inabilitação da recorrida.

Acrescente-se que o atestado emitido pelo Município de Sumaré NÃO está registrado, sendo que o responsável técnico Felipe Augusto Silva Higino, cita que a responsabilidade iniciou em 12/2021 até 05/2022, porém, conforme certidão emitida no CAU/SP N° 812.202, o início da responsabilidade técnica iniciou em 07/03/2023, sendo que o próprio contrato de serviços é do dia 07/03/2023, ou seja, posterior a emissão do atestado.

Outro ponto é que o atestado está assinado somente pelo Secretário e não pelo responsável técnico Felipe Augusto, descumprindo assim o item 4.62. do edital:

4.6.2 - A comprovação da capacidade técnica operacional deverá ser feita em nome da Licitante, por meio de Certidão de Registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, devendo obrigatoriamente constar todos os responsáveis técnicos e dados cadastrais atualizados da licitante.

Diante das irregularidades apontados deve a recorrida ser inabilitada.

INABILITAÇÃO DA EMPRESA G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA

A recorrida apresentou atestado técnico registrado CRA, porém vencido em 2022, portanto fora do prazo de validade conforme o item 4.6.4 do edital:

4.6.4 - Qualquer certidão apresentada, em que não conste expressamente seu prazo de validade, será considerada válida por 90 (noventa) dias contados da sua emissão.

Assim temos que a habilitação da recorrida culminou em **VIOLAÇÃO ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, inserto no artigo 3º da Lei 8.666/93, a qual é impositiva e não abre margem para a discricionariedade, sendo que o edital vincula a Administração em todos os seus termos.

Remetendo as lições do festejado Marçal Justen Filho “(...) A autoridade administrativa dispõe de faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele” (Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 16ª edição, São Paulo: Ed. RT, pág. 85).

Portanto a inabilitação da recorrida é medida que se impõe.

INABILITAÇÃO DA ULTRA PARK ESTACIONAMENTOS LTDA POR OUTROS FUNDAMENTOS

Não obstante a referida recorrida já tenha sido declarada inabilitada em razão de não ter apresentado a “Certidão de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, exigida na alínea “g - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa)”, existem outros fundamentos que reforcem sua inabilitação.

A recorrida apresentou balanço patrimonial e DRE **sem registro da JUCESP**, fora do padrão ECD e não apresentou recibo de entrega da escrituração contábil, conforme exigido por LEI, somente abertura e encerramento. Não apresentou Notas Explicativas. Não apresentou certificação de assinatura do contador e do sócio em relação aos balanços.

O item 4.5.1 do edital exige a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social e apresentados na forma da Lei.

O balanço patrimonial exigível na forma da lei compreende o balanço patrimonial do último exercício social **assinado por contador e representante legal da empresa** (§2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02), devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário (§2º do art. 1.184 e Art. 1.180, Lei 10.406/02), este **registrado na Junta Comercial** (art. 1.181, Lei 10.406/02).

Some-se que os atestados apresentados, não se relacionam em nada a estacionamento público, conforme objeto do edital, são estacionamentos privados com cancelas automáticas.

Todavia a RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 965, DE 17 DE MAIO DE 2022 assim dispõe:

Art. 1º Esta Resolução define e regulamenta as áreas de segurança e de estacionamentos específicos de veículos.

*Art. 2º As áreas destinadas ao estacionamento específico regulamentado em **via pública aberta à circulação**, devem ser estabelecidas e **regulamentadas pelo órgão ou entidade executiva de trânsito com circunscrição sobre a via**, nos termos desta Resolução.*

Art. 3º Para efeito desta Resolução são definidas as seguintes áreas de estacionamentos específicos:

(...)

*VI - área de **estacionamento rotativo** é a parte da via sinalizada para o estacionamento de veículos, gratuito ou pago, regulamentado para um período **determinado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via**;*

A referida Resolução dispõe ainda que é “*vedado destinar parte da via para estacionamento privativo de qualquer veículo em situações de uso não previstas nesta Resolução*” (art. 19), deixando claro que o serviço de estacionamento rotativo de veículos é inerente a vias



públicas abertas à circulação do público em geral e regulamentadas pelo órgão ou entidade executiva de trânsito com circunscrição sob a via, conquanto que o estacionamento privado de veículos é restrito a espaços particulares e não é aberto ao público de forma geral.

Portanto o atestado apresentado **não demonstrou nenhum conhecimento quanto à implantação de Estacionamento Rotativo em vias públicas, conforme regulamentado pela RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 965, DE 17 DE MAIO DE 2022**, portanto não comprova a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da presente licitação, conforme exigido no item 4.6.1 do edital e no artigo 30, inciso II, da Lei 8.666/93.

Acrescente-se que o atestado de Santa Isabel, não menciona absolutamente nada (quantidade de vagas implantadas, locais, valor de contrato, período de prestação de serviços). O atestado de Vinhedo, trata de áreas idem, não menciona nada, quantidade de vagas implantadas, período, locais, valor de contrato! Atestado de SP, menciona um evento privado SALÃO DE AUTOMÓVEIS. Nenhum dos atestados tem registro.

O responsável técnico passou a integrar tal condição em 22/06/2023, cinco dias antes da abertura do envelope, ou seja, não possui nenhuma qualificação técnico com estacionamento rotativo em vias públicas comprovada, descumprindo o item 4.6.2 do edital e o artigo 30, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 8666/93, haja vista que o mesmo não é detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

Por fim cabe destacar que **todo material técnico apresentado é de outra empresa**, no caso a SERBET - CNPJ 00.999.705/0001-64, empresa nunca operou os municípios que aparecem no portfólio, assim a recorrida usou todo material técnico de outra empresa, o que pode ser considerado informações fraudulentas!

Assim na improvável hipótese da inabilitação da recorrida ser revertida mediante a interposição de recurso administrativo, a inabilitação da recorrida deve prevalecer em razão do exposto acima.



REQUERIMENTOS

Diante do exposto requer que seja **ACOLHIDO** o presente recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida para se declare a **INABILITAÇÃO** das RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A, ONE PARK ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA, CAR PARK LTDA, EASY PARKING ESTACIONAMENTO ROTATIVO, G2 EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA, além de corroborar a inabilitação da ULTRA PARK ESTACIONAMENTOS LTDA, nos termos da fundamentação exposta.

Espírito Santo do Pinhal, 17 de agosto de 2023.

ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

(Patrícia Rosa Barduque – procuradora)